

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (*)

Após quase meio século de contínua atuação técnica no desenvolvimento de atividades coordenadas e destinadas à busca de soluções práticas para a vida de trabalho de pessoas com os mais variados tipos de deficiências, não podemos nos furtar à formulação inequívoca de diversos posicionamentos que são de fundamental importância nesse campo.

Um deles reconhece que os problemas de uma pessoa adulta com deficiência física, sensorial, orgânica ou mental, vão muito além da luta direta pela redução ou pela eliminação total ou parcial da dificuldade. A questão não se limita à utilização de um aparelho auditivo auxiliar, ao bom manuseio de uma bengala longa, à aceitação e ao uso de uma prótese, ou à reconquista do controle de membros afetados. A questão ultrapassa em muito um simples emprego remunerado e competitivo.

Cada pessoa com deficiência que busca uma inclusão mais efetiva na sociedade, tem sido por vezes corretamente pressionada a, não só superar a dificuldade inicial causada pela sua limitação, como também, chegar a um determinado nível de aceitabilidade, que pode envolver, como de fato envolve, quase todos os aspectos de sua vida, inclusive o do trabalho. Esse verdadeiro desenvolvimento global pressupõe, além de bons níveis de condicionamento físico e mental, um equilibrado acervo de hábitos, de atitudes e de comportamentos considerados pelo grupo maior como adequados, por serem aceitáveis consensualmente e por corresponderem às expectativas muitas vezes não expressas da sociedade.

Embora seja muito verdadeiro que praticamente todas as pessoas adultas com deficiência desejem sua verdadeira, inquestionável e ilimitada inclusão, desenvolvendo uma vida normal, na realidade do dia-a-dia é bastante difícil que isso ocorra para muitas delas na vida em geral e na vida de trabalho de um modo todo especial, devido a dificuldades as mais variadas, que, via de regra, extrapolam àquelas provocadas pela deficiência.

Ao analisar o problema sob esse ângulo, algumas considerações precisam ser feitas quanto às eventuais dificuldades causadas pelo fato dessas pessoas:

- serem bloqueadas ou na prática impedidas da educação;
- serem privadas da assistência da medicina e da previdência social;
- viverem mal nutridas e habitarem de forma inaceitável;
- receberem remuneração insuficiente para seu sustento;
- não conseguirem livrar-se dessas situações, mesmo quando tentam.

A solução dos complexos problemas dos indivíduos postos à margem da sociedade, devido a diferenças consideradas negativas, e sua buscada inclusão na sociedade aberta, requer que sejam definidos e montados programas que, muito embora dispendiosos e de problemática concretização e continuidade, têm sido as verdadeiras demonstrações da existência de sociedades fortes, conscientes e objetivamente voltadas para o ser humano, e da seriedade de seus propósitos.

No entanto, o raciocínio final pró-inclusão social das pessoas com deficiência dos dias de hoje, passou por análises de diversos outros ângulos de toda a questão em épocas passadas, que podem levantar dúvidas muito sérias, como, por exemplo: por que falar em inclusão social ou em

integração à correnteza principal da sociedade, que é tão complexa? Não seria suficiente para uma sociedade preocupada, falar apenas em assistência social, em abrigo e alimentação, ou então, genericamente, em institucionalização? Muitos acham que talvez a sociedade poderia ter muito mais tranqüilidade se pudesse colocar, internar, separar em organizações especiais os rotulados débeis mentais, os leprosos, os aidéticos, os cegos, os surdos e tantos outros que diferem do aceitável, que são rotineiramente postos de lado desde tempos imemoriais.

Para segmentos de nossa população, as questões que envolvem a enfatizada inclusão social das pessoas com deficiência poderiam resumir-se em adequada acomodação, em financiamentos eventuais, em equipamentos especiais, em arranjos de ordem prática, em tratamento físico eficiente e pouca coisa mais. Acreditam muitos que a inclusão social hoje tão defendida deve acontecer naturalmente, se a pessoa voltar ao seu ambiente original, com o auxílio dos recursos que diversas profissões colocam à disposição, e, para determinados tipos de casos, com a remoção de alguns obstáculos físicos.

No entanto, um posicionamento melhor pensado reconhece com tranqüilidade que a hoje em dia desejada e desejável inclusão do indivíduo com alguma deficiência não acontece com facilidade. Por que?

Dentre as várias razões, uma das mais evidentes é porque a inclusão social de um indivíduo não é o resultado de uma simples *volta* a situações anteriores à instalação da deficiência ou do problema que marginaliza. Reiteradas vezes ela tem sido a resultante de um complexo processo, cujo significado e necessidade nunca será demais relembrar. Há pessoas que hoje vivem com uma deficiência ou problema e que por causa disso sentem-se à margem de tudo e de todos. Muitas esquecem-se que elas podem ter vivido e trabalhado em sua comunidade - antes de surgir a dificuldade - sem ter estado realmente integradas nela. Podem ter vivido à sua própria maneira, independentemente, fazendo o que bem entendiam, sem se importar, de fato, com o mundo ao seu redor.

Quando uma pessoa desse tipo torna-se marginalizada devido a um agravamento de sua deficiência ou de seu problema social sério, percebe que não era tão integrada em sua comunidade quanto pensava ser. O contato restrito com os demais (que a pessoa nota pela primeira vez quando adoece seriamente, ou quando passa a viver com uma deficiência) acaba associando-se com a presença do problema e não com o seu estilo de vida.

Assim, quando qualquer organização social pretender organizar um programa de atendimento de pessoas com deficiência, no sentido de promover a integração social e/ou a inclusão dessas pessoas, será muito importante perceber, logo no início, que meras tentativas para fazer com que elas voltassem a uma situação social anterior, muitas vezes não serão suficientes.

Outro fator muito importante que deve ser absorvido desde os primeiros dias da implantação de um programa dessa natureza, deve estar relacionado ao fato de que aspectos variados da personalidade de uma pessoa com deficiência podem não ser exatamente os mesmos antes e depois da deficiência surgir em sua vida.

A atuação consciente de uma equipe no sentido de colaborar para que a pessoa com deficiência atinja o grau melhor possível de sua verdadeira inclusão na sociedade a que pertence, precisa de um verdadeiro preparo para ajudá-la a compreender-se melhor antes e a entender uma nova visão de vida global, com a existência das limitações impostas pela deficiência. Isto tem sido especialmente verdadeiro nos casos já citados de pessoas com deficiência que, antes da instalação

do problema, jamais haviam se preocupado com opções, com o significado de um bom desenvolvimento pessoal e social, e, de repente, notam a importância de tomar uma séria decisão face a esses invisíveis, mas muito concretos, requisitos da vida social e familiar.

Caminho de Diversas Direções

Todos os que trabalham no processo reabilitacional, ou que mantêm contatos com pessoas com deficiência, influenciam nesse processo, quer queiram, quer não. Eles estão plenamente conscientes de que a inclusão social da pessoa com deficiência, para dar certo, ser duradoura e a pessoa sentir-se realmente incluída, não acontece de repente, ou simplesmente porque a pessoa com deficiência, de um lado, e o grupo social, de outro, assim o desejam. Ela demanda tempo para atingir sua plenitude e a mais completa consciência de todas as suas implicações. É preciso que haja plena noção de que, em todos os tempos e em todas as comunidades, encontra-se pessoas que, por alguma razão, foram ou são segregadas, individualmente ou em grupos. Em alguns casos, elas mesmas têm procurado o isolamento, mas em muitos outros elas foram ou são simplesmente excluídas da sociedade.

Observa-se igualmente que algumas resignam-se à nova situação, enquanto que outras protestam contra isso. Há poucos anos atrás, o indivíduo com uma limitação física ou sensorial cedia à evidência de fazer parte de um grupo marcado e marginalizado.

Durante a surpreendente e muito veloz última Década do Segundo Milênio, a situação foi ficando cada vez mais definida em algumas regiões do Brasil, seguindo as tendências mundiais. Hoje, mais do que nunca, as pessoas com deficiência organizam-se, protestam e lutam por seus direitos, com carradas de razão. Demandam participação total em igualdade de condições. Buscam ansiosamente aquilo que é intitulado de inclusão social.

Embora sem discordar das pretensões, a sociedade silenciosamente espera a contrapartida requerida de qualquer de seus membros: competência pessoal, social e de trabalho, incluindo independência de atuação pessoal, comunicação compreensível, comportamento aceitável e um papel definido, por mais simples que seja.

Nesse processo todo, é muito importante que haja compreensão de ambos os lados, pois a inclusão buscada só poderá ocorrer como resultado, no mínimo, da cooperação das duas partes, em miríades de situações. Por essa razão é que se afirma continuamente: resolver as dificuldades apenas em parte, ou só de um lado, não solucionará o problema. Não é só a pessoa com deficiência que deve ser trabalhada pelas equipes especializadas, mas também a realidade social na qual a inclusão é pretendida, para que todos entendamos os problemas em sua complexidade e ajudemos na busca de soluções.

No entanto, observamos continuamente que, embora muitos peçam, ou exijam, a inclusão em bases equânimes, essa inclusão, conforme pedida ou exigida, acaba sendo um sonho quase impossível. A sociedade, como tal, não tem condições de decidir pela inclusão ou não de uma pessoa. Ela poderá fazer aquilo que naturalmente deve fazer para todos: garantir as possibilidades e ficar disponível para tanto. O trabalho todo de chegar e se aninhar nessa mesma sociedade acaba dependendo em grande parte da própria pessoa que busca seu lugar para viver em seu meio, como um componente normal, aceito sem maiores reservas.

Muitas pessoas que podem estar marginalizadas pelos mais variados motivos procuram escapar, sempre sem sucesso, a esse desafio, negando que cabe a elas atingir esse objetivo, responsabilidade da qual nunca poderão escapar. E é nessa luta toda que os recursos técnicos de diversos ramos profissionais poderão tornar o processo integrativo menos problemático, através de competentes serviços de reabilitação.

Complexidade do Desafio

Como é plenamente sabido, a maioria dos setores da sociedade afasta o homem considerado fora dos padrões de aceitabilidade. Ao mesmo tempo, e por incontáveis vezes, dentro de uma área física idêntica, setores melhor organizados dessa mesma sociedade procuram montar programas para sua assistência, proteção ou integração. Dependendo do grau de desenvolvimento da área em que situações concretas sucedem, esses pretendidos programas de atendimento podem chegar a ser bastante diversificados, indo desde a mera assistência de separação e de proteção, que acaba sendo estigmatizadora, até modernos e sofisticados centros de promoção humana.

Que motivos poderiam ser tão fortes e tão ponderáveis para levar uma sociedade toda, ou alguns de seus setores, a canalizar esforços, recursos financeiros, voluntariado e programas técnicos das mais variadas naturezas para o desenvolvimento dessas atividades? Que tipo de raciocínio poderia ser convincente ao ponto de levar autoridades a outorgar prioridade a programas tão complexos e de tão difícil concretização? Estaria a sociedade apenas investindo em reabilitação devido à solidariedade para com seus membros mais fracos? Estaria ela preocupada com a magnanimidade (ou a santidade) que tem necessidade de demonstrar para com os "desafortunados"?

Todos os que trabalham em programas de promoção humana, ou desenvolvem atividades de atendimento a grupos marginalizados (profissionais ou voluntárias, não importa), e basicamente todos os que vivem uma situação concreta de marginalidade, prefeririam que a sociedade se envolvesse nessas atividades pelo reconhecimento do valor do ser humano - mas isso nem sempre ocorre, uma vez que a sociedade dos homens mobiliza-se apenas de acordo com as circunstâncias, os interesses de grupos e as pressões que sobre ela são feitas.

Realidades sociais mais evoluídas, no entanto, embora reajam similarmente a situações como aquelas indicadas acima, têm demonstrado uma crescente preocupação, não apenas com seus membros considerados ou chamados de excepcionais, ou anormais e problemáticos, mas também com grupos minoritários que podem ser prejudicados por atitudes preconceituosas.

Inclusão Social e seus Porquês

Motivos para qualquer sociedade do mundo moderno e progressista valorizar o ser humano existem de sobejo. Muitos deles, já estudados e arrolados, fazem parte quase que obrigatória das famosas Declarações Universais de Direitos do Homem, da Criança e da Mulher. Mais recentemente, a Organização das Nações Unidas aprovou Declarações mais específicas dos Direitos das Pessoas com Deficiência Mental, com Deficiências em geral, e outras mais.

"Hoy nadie duda que los minusválidos no sólo son titulares del derecho a participar, como cualquier otro ciudadano, en los diversos ámbitos de la vida de la comunidad en condiciones de igualdad, sino que, además, son perfectamente capaces de hacerlo. Sin embargo, en más ocasiones

de las que sería deseable, tropiezan con obstáculos que en alguna medida impidem que esto sea posible" (GLARP - Capítulo Chileno - Rehabilitación Profesional - Año 1, no. 1 - 1993).

Na verdade, não há necessidade de mais Declarações de Direitos. Há, sim, necessidade de colocar as existentes em prática, em todos os quadrantes de qualquer nação do mundo moderno, pois elas se referem ao homem ferido, a respeito do qual já se falou e escreveu tanto e tão bem, e pelo qual tão pouco de objetivo e concreto tem sido feito.

Existem alguns tipos de considerações que têm sido decisivas para o estabelecimento de programas das mais variadas naturezas, especialmente os destinados à integração social das pessoas com deficiência em diversos países do mundo e sua conseqüente - e buscada - inclusão. Dentre as considerações mais relevantes, é importante que reconheçamos e enfatizemos as seguintes:

a) Elevado número de pessoas envolvidas

Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas e de suas Agências Especializadas, o problema é dos mais sérios, pois, "pelo menos 10% da população de qualquer país do mundo sofrem de algum tipo de incapacidade física ou mental, sendo das formas prevaletentes a limitação física, a doença crônica, o retardo mental e as incapacidades sensoriais"... "Há mais de 400 milhões de pessoas com deficiência no mundo"... ("Rehabilitation of the Disabled - The Social and Economic Implications of Investments for this Purpose" - Nações Unidas, 1977).

Segundo o recenseamento brasileiro, temos uma estimativa de 14,5% de nossa população com algum tipo de deficiência.

A verdade crua a esse respeito é que infelizmente, a dimensão e o significado desse problema não foram absorvidos a contento e muitas autoridades o ignoram.

Brian O'Toole afirma categoricamente que "dados precisos, todavia, são ilusórios; pesquisas feitas em Botswana (Sebina, em 1981) e México (R. Hindley-Smith, em 1981) foram interrompidas por causa da futilidade percebida de "contar cabeças" quando não existem serviços" ("Community-Based Rehabilitation (CBR) - Problems and Possibilities", in European Journal of Special Needs Education - Vol. 2, no. 3 pp. 177/190 (1987).

De acordo com depoimento de Norman Acton, ex-Secretário Geral da Rehabilitation International, Órgão Consultivo do Conselho Econômico e Social da ONU, "desconhecendo as reais dimensões da deficiência e de suas muitas conseqüências, nossos planejadores, nossas instituições e nossos governos, com poucas exceções, não têm dado atenção, prioridade ou apoio adequados a programas nesse campo. Desinformados quanto à real natureza do problema, nossos cidadãos tentam ignorá-lo ou evitá-lo, deixando a responsabilidade nas mãos das profissões e das instituições especializadas. Por vezes sem conta nossas comunidades lidam com esses problemas, escondendo as pessoas seriamente deficientes atrás dos muros de suas casas, ou então, nas áreas residenciais mais sofisticadas, por detrás das cercas-vivas dos jardins de rosas. A idéia de que nossos modernos conceitos de direitos humanos se estendam àqueles que têm deficiências físicas e mentais é hoje mais revolucionária do que a própria doutrina de Karl Marx" ("The Global Dimensions of Disability", de N. Acton, ISRD - New York, 1978).

O volume de pessoas com deficiência já é muito significativo na forma como é considerado pelos organismos internacionais. Se forem a ele adicionados os grupos de pessoas que são vítimas de

males de outras naturezas, ou de desvios de conduta, e ainda mais, se forem somados os indivíduos que recebem salários insuficientes para sobreviver com dignidade e sustentar a própria família, os que habitam subnormalmente, os que se encontram sem assistência médica, os que passam fome crônica, os que não têm acesso à educação e à previdência social - e também, de um modo todo especial, aqueles que não conseguem livrar-se dessas situações - ou seja, os "deficientes sociais", certamente que estará sendo delineado um quadro desalentador, mas que é muito característico de qualquer país mal desenvolvido.

b) Valor Próprio do Ser Humano

A idéia de se colocar o homem à margem da sociedade, sem que se estabeleça ou sem que se possibilite um caminho de retorno, nunca foi nem será aceitável. Ele tem o direito de fazer parte da correnteza principal da sociedade, que gera e que consome bens, pelo simples fato de ser um indivíduo dono de um valor intrínseco inalienável.

A pessoa humana pode, de fato, chegar a situações de marginalidade tal, que só com um preparo especial passará a ter condições de ser reassimilada pela sociedade.

Ninguém pode esquecer-se que uma das características principais do ser humano é a sua perfectibilidade, ou seja, sua capacidade de melhorar sempre e de se superar. Além disso, nenhum grupo social pode arrogar-se o direito de impedir um dos seus membros de atingir o máximo do seu potencial latente. O direito à realização pessoal sempre foi muito próprio do homem, independentemente das diferenças individuais de raça, cor, credo, idade, sexo, atividades políticas, vida profissional, integridade física, ou mesmo de prioridades governamentais. A sociedade que assume atitudes demonstrativas de sua posição de comiseração, de caridade piegas, de assistencialismo, por exemplo, monta seu próprio estilo de ajuda a grupos marginalizados. Nesta hipótese, a ajuda colocada à disposição das pessoas é muito característica, pois apresenta quase que exclusivamente programas de natureza assistencialista e segregativa. São os orfanatos, os asilos, os lares, as colônias especiais, que se localizam longe dos núcleos populacionais, os internatos das mais variadas naturezas, as casas especiais e muitos outros dos chamados recursos da comunidade - e destes existem muitos exemplos.

No entanto, na medida em que a sociedade conscientiza-se e raciocina com objetividade quanto ao valor do indivíduo que precisa de ajuda e colaboração, ela tende a aparelhar-se para atendê-lo com propriedade. Passa a demonstrar essa preocupação pela criação de recursos e pelo desenvolvimento de programas de muito maior valor e destinados muito mais à promoção humana, à libertação do homem da dependência odiosa e à sua integração ao grupo social - e destes existem poucos exemplos.

Embora não haja contestadores quanto ao valor do ser humano, é importante que seja feita uma breve análise crítica, a fim de que a sociedade passe de uma cômoda posição teórica, muitas vezes bem verbalizada e racionalizada, para uma atuação mais concreta, com o estabelecimento de programas objetivos de valorização do homem.

c) Valor Econômico da Mão-de-Obra Não Utilizada

Em qualquer realidade existe elevado percentual dela integrante considerado como naturalmente não-produtivo, ou seja, as crianças e os idosos. Esse volume é aumentado por pessoas enfermas, por pessoas aposentadas precocemente e por contingentes populacionais marginalizados da força produtiva por variados motivos ou pretextos.

As pessoas com deficiências físicas, sensoriais, orgânicas e mentais encontram-se nessa situação, com a agravante de não só deixarem de produzir, como também de, apesar de eventualmente terem potencial para o trabalho, viverem como um verdadeiro ônus para a sociedade.

No entanto, segundo posicionamento expresso pelo médico traumatologista espanhol, Dr. Ballester Hoys, "nenhum país pode considerar-se hoje suficientemente rico para desprezar a mão-de-obra da pessoa com deficiência" (Ballester Hoys, A. - "El Trabajo Protegido y la Rehabilitación de Inválidos - Consideraciones Provisionales" - Revista Iberoamericana de Seguridad Social - 4 (4), 1966).

Em termos de Brasil, essa mão-de-obra em potencial chega a muitos milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, já em idade adulta, cujo objetivo principal de vida deve ser trabalhar e sair da insustentável situação de dependência e de contínua frustração.

O subemprego desumanamente remunerado e muitas atividades pouco rentáveis são fantasmas que rondam significativa parcela da população insuficientemente preparada. No entanto, quando o emprego mal remunerado, o subemprego ou mesmo o desemprego ocorrem, pura e simplesmente devido à existência de uma deficiência ou incapacidade de natureza física ou sensorial, ou de limitações orgânicas e mentais, eles passam a se tornar muito mais injustos e inaceitáveis, por melhores explicações que possam ser encontradas para sua existência.

Diante de toda essa situação, não é de estranhar que uma das principais tônicas de programas de bem-estar social para populações carentes e/ou marginalizadas, deve ser a preocupação com o trabalho, ao qual elas têm direito.

É com o reconhecimento meridiano dessa realidade que nossa sociedade precisa partir para a organização de programas de reabilitação profissional, de acordo com a realidade local, deixando claro que os governantes, os políticos profissionais e os empresários têm papel relevante nessa grande batalha pela assimilação de mão-de-obra potencialmente produtiva, estando nela engajados não apenas os muitos setores governamentais, mas também o comércio, a indústria, a agricultura e o mundo dos serviços.

Existem pseudo-especialistas no assunto que se opõem à utilização da mão-de-obra das pessoas com deficiência, em detrimento daquelas pessoas não-deficientes desempregadas, como se as pessoas com deficiência fossem cidadãos de categoria mais baixa, uma espécie de segunda classe de gente, com direito à sobrevivência apenas após a garantia de vida das pessoas consideradas normais.

Esses argumentos são, de fato, excessivamente minúsculos para poderem ser levados em consideração com seriedade. Talvez a colocação do argumento no sentido inverso pudesse ser menos injusta: primeiramente o aproveitamento da mão-de-obra das pessoas que apresentam mais dificuldades devido a uma deficiência...

Princípios Básicos da Inclusão Social

Essas, de fato, são as três pilstras fundamentais para estimular o desenvolvimento de programas destinados a minorar toda essa gama de dificuldades, para conseguir seu desiderato máximo de inclusão das pessoas marginalizadas na sociedade. Já que a intenção é garantir efetivamente os direitos e incluir socialmente o homem marginalizado e prejudicado por certos tipos de deficiência, evitando sua marginalização, surge a obrigação de saber como essa mesma almejada inclusão poderá ser conseguida, para que ele possa sentir-se parte de seus ambientes, vivendo uma inclusão verdadeira.

Assim, se as estimativas das organizações internacionais estiverem corretas - e por que não estariam? - é preciso analisar com muito cuidado, como está a nossa sociedade organizada para prover assistência específica a esses grupos especiais, que se vêem prejudicados em todos os seus direitos, especialmente no direito de participar pelo trabalho.

Diversos pontos de partida, para o delineamento e desenvolvimento de programas tendentes a resolver em larga escala os problemas que levam as pessoas com deficiência à marginalidade social (como, por exemplo, o estabelecimento de prioridades governamentais nesse campo, o financiamento do atendimento especializado, a garantia da formação de pessoal para uma atuação especializada, a organização de esquemas que levem à formação profissional de pessoas com deficiência, a revisão de determinados dispositivos das leis brasileiras sobre o trabalho), poderiam ser arrolados.

Fatores Determinantes da Aceitabilidade

Ao analisarem os fatores que levam segmentos de uma determinada sociedade a colocar à margem de sua correnteza mais significativa indivíduos que são diferentes do usual (devido a questões de cor, raça, normalidade física ou mental e outros), ficam os estudiosos surpresos com a disparidade aparente de critérios que são por vezes adotados nessa mesma sociedade, face a esses mesmos tipos de pessoas.

Vejamos um pequeno exemplo: Em algumas comunidades pode haver uma tendência de marginalizar a pessoa negra. No entanto, nessas mesmas comunidades poderão ser encontradas pessoas de cor, muito bem posicionadas, e que encontram poucas barreiras de monta para sua atuação pessoal e profissional. O mesmo sucede com pessoas de raça ou credo muito diferentes, com pessoas egressas do sistema penitenciário e também com pessoas com deficiência. Muitas são, de fato, discriminadas, mas há aquelas que estão bem empregadas, bem relacionadas, bem integradas e bem satisfeitas com sua própria vida.

O que sucede? Que tipo de raciocínio ocorre para alguém eliminar uma pessoa de sua vida e de seu meio, por apresentar um tipo qualquer de anomalia, ou apenas por ser *diferente*? Que condições podem ser consideradas como básicas, para que um indivíduo seja incluível numa sociedade que, via de regra, tem contra ele alguns preconceitos?

Posições discriminatórias existem contra quase todos os tipos de diferenças do padrão existente, muito embora essas atitudes apresentem tonalidades de ênfase variada. Segundo Telford e Sawrey, "a maioria das pessoas não tem contra os deficientes a mesma espécie de preconceitos que alimenta contra certos grupos religiosos, raciais ou desfavorecidos" ("O Indivíduo Excepcional", de Telford e Sawrey).

É muito importante, para quem atua em programas voltados para a inclusão social de pessoas consideradas diferentes, tentar compreender quais os fatores que determinam ser o indivíduo bem ou mal assimilável, pouco ou muito aceitável. Para que isso aconteça, é preciso conhecer, antes de mais nada, quais as características básicas da chamada "normalidade", em seu sentido sociológico, com os desvios de aceitabilidade para mais ou para menos, que certamente existem em todos os grupos humanos.

Há variáveis múltiplas a serem consideradas no tecido social de qualquer comunidade, mas um dos ângulos de estudo desses problemas certamente levará a uma análise da questão da competência ou da incompetência das pessoas, como fator determinante de seu alijamento de determinados ambientes, incluindo daqueles relacionados a trabalho. Ouve-se com frequência observações a respeito de pessoas muito dinâmicas e em geral competentes que, ao desenvolver sem sucesso certas funções, são taxadas de incompetentes: estão fora (ou acima) de seu nível de competência, dizem os comentários.

Diferenças Marginalizantes

Nos ambientes que atendem pessoas com deficiência, por exemplo, verifica-se que, muito próximas à questão da competência mais global, estão questões relacionadas a conceitos pré-existent (preconceitos), de um modo especial, e ao assim chamado desiderato de aceitabilidade social das pessoas, basicamente devido às diferenças de um invisível padrão, tido como normal. Como não existe um indivíduo sequer idêntico a outro (ser diferente é bem próprio do ser humano), é evidente que existem as alegadas diferenças. Mas há também algo mais, que não pode deixar de ser lembrado: para cada ser humano que faz parte da sociedade, há limites para essas diferenças, considerando-se sempre determinado padrão médio de pretensa normalidade.

Para quase todos os efeitos, ser muito diferente significa praticamente ser deixado de lado, o que em linguagem de relações interpessoais, poderá ser traduzido por "rejeição" ... "Muitos escritores têm atribuído a rejeição de uma pessoa deficiente ao fato dela ser diferente", afirma a Dra. Beatrice Wright, em sua obra "Physical Disability - A Psychological Approach".

Existem certas diferenças de padrões usuais de aceitabilidade intelectual, física, comportamental, que podem ser facilmente assimiladas, no todo ou em parte, sem dificuldades muito sérias, dependendo muito da intensidade e da duração dos contatos inter-pessoais. Há outras, no entanto, que não são assimiláveis, a menos que haja um disfarce, uma compensação, um preparo do próprio indivíduo e dos seus ambientes normais de atuação, através de processos educativos especiais, que poderão ou não manter-se enfeixados naquilo que é universalmente conhecido como reabilitação integral.

Em suma, não há dúvida de que existem diferenças para melhor e para pior nos seres humanos. Mais do que isso, muitas vezes as chamadas excepcionalidades físicas, sensoriais, orgânicas e mentais levam as pessoas a generalizar e a adotar reações preconceituosas. Para poder reconhecer, dimensionar e avaliar concretamente os problemas enfrentados por esse estigmatizado segmento da sociedade, deve-se mensurar o seu universo. Para tanto, com o objetivo de ordenar um pouco o tema, poderá ser importante encontrar uma forma de classificar as diferenças dos padrões de normalidade que têm sido idealizados e considerados usuais pela sociedade. Será possível, dessa maneira, ter uma idéia mais clara da verdadeira extensão dos problemas daqueles que são muitas

vezes conhecidos como deficientes, incapacitados, aleijados ou excepcionais - e que passarão a ser chamados nestas considerações **pessoas com deficiência** - e do seu desafio para os programas que pretendem ter como meta a sua inclusão plena na sociedade.

Desvios dos Padrões de Normalidade

Existe um interessante tipo de classificação das diferenças individuais que é aquele que analisa a questão sob o ângulo do desvio básico dos padrões de normalidade, classificação essa adotada por Telford e Sawrey, ou seja:

a) Desvio intelectual

Existem estudos muito interessantes a respeito de problemas intelectuais que levam a desvios, tanto para o lado positivo quanto para o negativo, partindo sempre de um ponto médio. A preocupação básica da sociedade tem-se centralizado nos desvios para menos, ou seja, nos casos de deficiências mentais de vários graus, incluindo os educáveis, os treináveis e todos aqueles que não conseguem ser absorvidos pela sociedade, devido a um rebaixamento intelectual.

b) Desvio motor

Agrupados sob este tipo de desvio de normalidade são encontrados os casos de amputações, as malformações motoras congênitas ou adquiridas, os problemas ortopédicos de gravidade e provocadores de seqüelas incapacitantes, os males neurológicos com os mesmos tipos de conseqüências, dentre os muitos que poderiam ser aqui inseridos. Na verdade, são os problemas que mais chamam a atenção, quando se fala em reabilitação, ou quando se menciona o problema das deficiências, de um modo genérico.

c) Desvio sensorial

Sendo normal o uso de todos os sentidos, o ser humano que se vê privado de um só deles pode facilmente ser vítima de séria marginalização, se não souber como superar o problema vivido. Assim é que, dentre os casos mais notórios, existem os cegos ou deficientes visuais, os surdos e casos afins, conhecidos como deficientes auditivos, com diminuição ou gradativa perda do sentido da audição. A perda ou redução de outros sentidos, como o olfato, o paladar ou o tato, não é comum nem causadora de sérias dificuldades sociais, apesar de poderem ser arroladas as muitas exceções que acabarão por confirmar a regra.

d) Desvio funcional

Certas funções do organismo, quando prejudicadas por um defeito, por uma doença ou por um acidente, poderão trazer sérios problemas para o indivíduo. Assim, existem os casos dos afásicos ou daqueles que têm dificuldades de comunicação, que é o tipo mais facilmente encontrado neste grupo.

e) Desvio orgânico

Dentre os desvios orgânicos que mais trazem problemas ao homem, estão aqueles ocasionados por vários tipos de cardiopatias sérias e por males da respiração, incluindo-se nos mesmos os casos de tuberculose, dentre muitos outros.

f) Desvio de personalidade

Este tipo de dificuldade está diretamente ligado a problemas emocionais ou distúrbios mais graves, como as neuroses ou as psicoses. Vários males relacionados à saúde mental podem também levar as pessoas a situações de marginalização.

g) Desvio social

Os delinqüentes juvenis, os criminosos adultos, certos tipos de contestadores, os viciados em drogas, os alcoólatras, os fármaco-dependentes são alguns dos tipos que ilustram o chamado desvio social. Muitos deles não têm absolutamente nada em comum e os programas montados para sua assistência são muitas vezes totalmente separados ou alheios uns aos outros.

h) Desvio de idade

Os problemas ocasionados pela velhice são muito próprios e característicos. Apesar de em outros tipos de situações ocorrerem eventualmente certas superposições sempre agravantes, na velhice é que sempre está presente a maior incidência dessas superposições, que torna a assistência a idosos muito difícil. São os casos de velhos cardiopatas, cegos, surdos e outros tipos ("O Indivíduo Excepcional" - Telford, C. e Sawrey, J.M. - Zahar - Rio de Janeiro, 1978).

Outras Condições Marginalizantes

Cada um desses problemas mencionados poderá levar uma pessoa menos preparada ou menos protegida a certo grau de marginalização, ou pelo menos a uma série de dificuldades para garantir uma completa aceitação em seu grupo. Nos casos de desvio motor, sensorial, orgânico, intelectual, de personalidade e de idade avançada, no entanto, além de ocorrer uma eventual superposição de dificuldades, pode existir também com muita freqüência nas pessoas a adoção de hábitos, atitudes e comportamentos inaceitáveis ou inadequados, provocando situações muito mais sérias de reprovação do que o próprio desvio em si mesmo.

As dificuldades, no entanto, não se limitam a essas questões ou a esses ângulos, pois aos problemas ocasionados pela existência de uma deficiência qualquer, ou pela ocorrência de referências rotuladoras, eventualmente deve-se também adicionar uma série de situações causadas por outros fatores pessoais ou sociais. Males provocados pelo analfabetismo, pelas credices e superstições, pela ignorância generalizada, pela inabilidade de resolver problemas e pela miséria material, por exemplo, retratam alguns fatores pessoais de maior significado. Dos fatores sociais mais significativos, causadores eventuais de muitas dificuldades na inclusão social das pessoas, cumpre que sejam destacados o crescimento vertiginoso e desordenado das grandes cidades, a falta ou a inoperância dos recursos humanos ou dos equipamentos sociais da comunidade, o evidente descompasso existente entre a educação e o desenvolvimento tecnológico, além dos preconceitos e das atitudes discriminatórias.

Competência ou Incompetência das Pessoas

Sempre que os problemas das pessoas com deficiência e as dificuldades concretas que podem ter para ser bem aceitas na sociedade são considerados, surge um bloqueio invisível, sério, mas um tanto exagerado, já mencionado acima, do qual uma boa porcentagem de profissionais que labutam em programas reabilitacionais raramente se deu conta. Trata-se do que poderá ser reconhecido como incompetência pessoal, familiar, social e profissional, não só das pessoas com deficiência, mas também de todos os que desejam manter seu lugar na sociedade a que pertencem.

Todos os profissionais envolvidos, ou seus familiares mais atentos, entendem a relevância deste ângulo do problema, pois sabem muito bem que, em muitos casos, o cerne da questão não está tanto na deficiência em si, mas na maneira diferente e inadequada do indivíduo viver e conviver, ou seja, na sua relativa falta de competência como pessoa e como ser social.

A culpabilidade pessoal raramente está presente nos casos de falta de competência pessoal. No entanto, ela poderá estar intimamente ligada a uma série de fatores que são próprios de cada ser humano e de cada ambiente de onde ele provém. A título de exemplo, uma pessoa pode ser muito competente trabalhando como caixa de banco numa cidade de minúsculas proporções, onde muitos se conhecem, e um grande fracasso na mesma função, numa realidade mais competitiva, de movimentação mais dinâmica.

Ao analisar o assunto sob o ângulo das pessoas com deficiência, verifica-se que, muito próximas à questão da competência pessoal ou mais global, estão também questões relacionadas às conseqüências de atitudes muito antigas que resultaram em preconceitos de um modo geral, e a ângulos especiais vinculados à aceitabilidade social das pessoas. É muito importante que as pessoas com deficiência, ao ingressar num processo reabilitatório de natureza integral, tenham uma percepção clara, não só de seu potencial e de suas limitações, mas também desses ângulos delicados de toda a questão, para assumirem seu papel de verdadeiras gestoras do mesmo, com possibilidades de sucesso.

Conforme diz o GLARP-IIPD em sua tentativa de reconceituação de reabilitação profissional, "El papel de la persona con limitaciones frente a su proceso de rehabilitación profesional consiste en adquirir conciencia de su limitación, de su potencial y de las posibilidades que su medio le ofrece; decidir por sí misma sobre la conducción y construcción de su propio proceso y sobre la utilización de los apoyos que requiera para compensar las desventajas que puede tener para su integración socio-laboral".

A decisão pessoal de assumir esse papel é a chave do sucesso, pois, como foi anteriormente visto e enfatizado, existem desvios do padrão considerado como o normal na aparência, na inteligência, na higidez e na atuação das pessoas, que podem ser assimilados sem dificuldades muito sérias, no todo ou em parte. No entanto, há também os que não são assimiláveis com facilidade, neles incluindo hábitos e atitudes muito diferentes do usual. Esses ângulos de análise são de extrema relevância se considerarmos que, de fato, as pessoas com deficiência devem ser os protagonistas principais de seu processo de reabilitação integral.

(*) Otto Marques da Silva

Consultor em Reabilitação Profissional

Maio de 1998